

## REVOLUÇÃO FEDERALISTA, 110 ANOS

*Rafael Augustus Sêga\**

### RESUMO

O tema a ser tratado no presente artigo diz respeito à rearticulação da vida político-administrativa do Estado brasileiro, motivada pela implantação do regime republicano e pelos influxos da Revolução Federalista, revolta armada que eclodiu no Rio Grande do Sul em 1893. Para subsidiar esse panorama, faremos uma interpolação da história factual desse episódio com a historiografia pertinente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primeira república brasileira, revoltas contra Floriano, Revolução Federalista.

### ABSTRACT

The theme took into account in this article refers to the re-articulation of the Brazilian State political-administrative life, stimulated by the establishment of the republican regime and by the influxes of the Federalist Revolution — an armed rebellion which arose in Rio Grande do Sul in 1893. In order to picture this panorama, we will intercalate the factual history of this episode with the pertinent historiography.

**KEYWORDS:** first Brazilian republic, rebellions against Floriano, federalist revolution.

---

\* Professor de História do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*Em termos mais gerais, no quadro preciso de uma sociedade determinada e por um período igualmente determinado, a noção de legitimidade não corresponde a nada além do reconhecimento espontâneo da ordem, da aceitação natural, não obrigatoriamente das decisões daqueles que governam, mas dos princípios em virtude dos quais eles governam. Todo poder pode, em última análise, aparecer como legítimo quando, para a grande massa da opinião e no segredo dos espíritos e dos corações, a manutenção das instituições estabelecidas é reconhecida como uma evidência fatural, escapando a toda contestação, ao abrigo de todo questionamento.<sup>1</sup>*

A crise da implantação do regime republicano no Brasil foi, antes de mais nada, uma crise de legitimidade. Os percalços da nova ordem política obrigaram os novos atores a sobrepor as instituições e os governantes do período anterior e a saída encontrada para essa tarefa foi, em grande parte, a força e a violência política.

*Esse tempo forte, composto de momentos de efervescência da vida política, caracteriza os primeiros dez anos da República (1889-98), também chamados de “anos entrópicos”, nos quais a quantidade de desafios parece ser maior que a capacidade dos atores de erradicar a ignorância sobre o que se passava. Nessa “década de caos” se buscou, sem êxito, construir as bases da obediência legítima.<sup>2</sup>*

A instalação do regime republicano no Brasil exigia um novo pacto político em torno de um bloco no poder que conciliasse os interesses da economia cafeeira com a manutenção da unidade nacional e os governos militares de Deodoro e Floriano foram fundamentais para consolidar de forma coercitiva esse novo es-

---

<sup>1</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 88.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Lúcia L. As festas que a república manda guardar. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n.º 4, 1989, p. 175-176. Sem grifos no original.

tado de coisas, realçando a força em detrimento do consenso.

Contudo, as relações estabelecidas no interior da classe dominante vistas acima não estavam livre de confrontos e oposições internas, pelo contrário, dentro do conceito “classe dominante” coexistem, em seu bojo, várias “frações autônomas de classe”.<sup>3</sup> Nesse sentido, as frações autônomas de classe surgem a partir de sua posição dentro do processo social de produção capitalista, ou melhor, elas podem se subdividir em frações envolvidas ou com a produção, ou com o financiamento, ou com a comercialização. Tais frações correspondem a todas as fases de reprodução do capital e, apesar de às vezes seus interesses parecerem antagônicos ou ser difícil sua precisão, elas precisam umas das outras para sobreviver.

Para Nicos Poulantzas<sup>4</sup>, apenas podemos notar o caráter dessas frações autônomas de classe quando a vivência das mesmas se faz sentir nos níveis políticos (por meio de partidos ou organizações de classe) ou ideológico (pela luta de classes), ao que ele chama de “efeitos pertinentes”.<sup>5</sup>

Diante disso, só podemos entender os interesses dos pecuaristas identificados com os federalistas, por exemplo, por meio de uma ideologia própria – o liberalismo – em rivalidade de outra – o positivismo – no desdobramento histórico da luta concreta entre duas frações autônomas de classe, no caso do Rio Grande do Sul.

Já os militares formaram, durante a Primeira República, um grupo de difícil inserção conceitual dentro da análise da sociedade de classes, cuja percepção de seus efeitos pertinentes também é uma tarefa penosa.

---

<sup>3</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 74-82.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

<sup>5</sup> Para Poulantzas, os efeitos pertinentes da ação de uma fração autônoma de classe acontecem em condições histórica concretas e não apenas nas relações econômicas, mas no cerne da batalha política: “De fato, as classes sociais só existem na luta de classes, em dimensão histórica e dinâmica. A constituição e mesmo a delimitação das classes, das frações, das camadas, das categorias só pode ser feita considerando-se essa perspectiva histórica da luta de classes.” In: POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 29.

*O longo processo de formação da caserna privilegia a obediência sem discussão, a autoridade sem vacilações, a imposição da ordem mesmo à custa da liberdade. (...) Ao militar, portanto, é difícil assimilar um pensamento como o liberal, assumido pelas classes dominantes que o excluíram da participação política e de vantagens sociais. Por outro lado, sua relação é com o Estado. Não tem parte direta na estrutura de produção, não compreende o jogo das forças econômicas e os mecanismos políticos de que se servem, sendo-lhes menos fácil chegar à consciência de classe que um burguês ou operário. Por isso, preocupa-se com homens, aqueles que dirigem e utilizam os recursos da nação.<sup>6</sup>*

Nas relações das forças econômicas, o “bloco no poder” constituiu-se na unidade dentro da diversidade, com a qual as classes ou frações autônomas de classe politicamente dominantes agem por meio do Estado frente às demais classes da sociedade.

Os percalços do regime republicano em seus primeiros anos foram uma crise no bloco no poder de um sistema hegemônico que tentava se firmar e onde as classes subalternas atuaram como grupos de apoio para parcelas dominantes em conflito. Em termos nacionais, o embate acontecia entre os cafeicultores paulistas e os militares ligados a Floriano, momentaneamente imbuídos de um vago projeto político, fruto de um “movimento difuso”, e em termos regionais, entre os pecuaristas da Campanha e os positivistas castilhistas, no Rio Grande do Sul.

As propostas federativas levadas a efeito pela implantação da República no Brasil tentavam atender a uma nova realidade regional do país, dando uma maior autonomia aos Estados. Todavia, a abolição da escravidão em 1888 assinalou o primeiro grande marco da passagem de um Estado escravista moderno para um Estado de tipo “burguês”.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> QUEIROZ, Suely R. R. *Os radicais da república; jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 269-270.

<sup>7</sup> SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 181-192.

A proclamação da República assinalou, em termos político-institucionais, a superação da estrutura estatal imperial e a Constituição de 1891 foi o coroamento dessa metamorfose político-jurídica.<sup>8</sup>

A República foi efetivada em nosso país sob a égide de vários grupos que, após a implantação do regime, passaram a exercer pressão para que seus projetos de sociedade fossem concretizados. Fundamentalmente, o Exército foi o grupo que mais se destacou nos primeiros anos do novo regime, todavia, ele não conseguiu alterar o cerne da economia brasileira de então, a estrutura fundiária de produção, que se manteve, em linhas gerais, nas mãos das oligarquias agrícolas.

Na estrutura de classes sociais da Primeira República, o papel desempenhado pelas camadas médias urbanas (nas quais podemos inserir os militares) em propor um projeto político alternativo ao da burguesia cafeeira paulista é pífio, quer seja pela heterogeneidade social, quer seja pela inconsistência ideológica. Francisco Corrêa Weffort elucida bem esse aspecto,

*As camadas médias nunca conseguiram, por um lado, formular uma ideologia adequada à situação brasileira, isto é, uma visão ou programa para o conjunto da sociedade brasileira: adotaram os princípios da democracia liberal que, nas linhas gerais, constituem o horizonte ideológico dos setores agrários. Ademais, suas ações nunca puderam superar radicalmente e com eficácia os limites institucionais definidos pelos grupos dominantes.*<sup>9</sup>

Entrementes, o grupo com maior força econômica, os cafeicultores paulistas, teve que barganhar tanto com o exército como com as outras oligarquias agrárias regionais para erigir seu sistema hegemônico em termos nacionais, o que só se concretizaria

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Ricardo C. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p. 228.

<sup>9</sup> WEFFORT, Francisco C. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.º 7, maio 1966, p. 140-141.

com a “Política dos Governadores”, na gestão de Campos Sales. Tais negociações geraram tensões no bloco hegemônico, e, no meio econômico inter-oligárquico, tanto as produções agrárias regionais como as incipientes atividades industriais urbanas ficavam muitas vezes incompatíveis com as propostas econômicas dos cafeicultores paulistas.

É inquestionável que o grupo capitalista e mercantil formado em São Paulo com as exportações de café tornou-se a fração hegemônica da vida econômica e política da Primeira República brasileira. Contudo, essa fração de classe não existiu em termos nacionais, como fruto do curso próprio da concentração de capitais no sudeste do país, principalmente no Estado de São Paulo. Isso aconteceu porque a divisão do trabalho da lavoura cafeeira ficava restrita ao local de produção e porque outros produtos nativos de exportação, tais como açúcar, tinham pouca demanda no mercado externo nessa época.

A orientação do sistema econômico capitalista em seu estágio monopolista reservava externamente ao Brasil o papel de produtor de matérias-primas primárias, o que beneficiava as frações autônomas de classe produtoras de café, notadamente os produtores paulistas.

E, dentro desse contexto tímido em termos internacionais, a regionalização da economia brasileira gerou desequilíbrios e o três Estados do sul do Brasil, principalmente o Rio Grande do Sul, possuíam características próprias e interesses muitas vezes divergentes da elite cafeeira. Para o emérito historiador norte-americano Joseph Love, o Estado gaúcho mostrou-se um “fator de instabilidade na República Velha”.<sup>10</sup>

A Constituição de 1891 foi a sagração do projeto civil sobre o militar e jacobino, ou seja da República liberal e federativa sobre a República autoritária e centralizadora. Todavia, os militares conseguiram impor a eleição indireta do primeiro presidente, o que

---

<sup>10</sup> LOVE, Joseph L. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo III, 1º vol., 1985, p. 99 e 110-111.

lhes daria uma sobrevida de mais quatro anos no poder (completada com Floriano).

A análise do período da gestão presidencial de Floriano é uma das mais difíceis em termos de história política, pois a aceleração dos episódios políticos e administrativos refletiam as divergências entre as oligarquias estaduais com a ordem militar e as transformações levadas a efeito entre 1889 e 1894 foram rápidas demais para que os grupos tradicionais as digerissem. Na verdade, o referido período reflete a explosão das tensões acumuladas desde a década de setenta do século XIX, decorrentes principalmente da superação paulatina do trabalho escravo. Nos rendemos, nesse ponto, às considerações de Maria de Lourdes Mônaco Janotti,

*Jamais o país presenciara tal acúmulo de inovações na esfera político-administrativa e nas relações sociais. Desorganizara-se o antigo estamento burocrático e o Exército tornara-se, com Floriano, senhor do Estado. Desarticulava-se o antigo sistema parlamentar do Império introduzindo-se novas relações de poderes. Contudo, ainda não se firmara o federalismo bem como nenhuma conquista democrática. Partiram contestações ao regime do seu próprio interior. (...) Todos esses impactos caracterizam a instabilidade das relações do poder com o resto da sociedade civil.<sup>11</sup>*

A Constituição de 1891 levou a efeito o federalismo de inspiração norte-americana ao conceder autonomia política e administrativa aos Estados. Na discriminação dos impostos entre a União e os Estados, aquela ficava com a taxaçoão do selo e das importaçoões, enquanto esses ficavam com a taxaçoão das exportaçoões, dos bens móveis, das atividades fabris e das profissões; isto fazia com que São Paulo detivesse grandes recursos em função da exportaçoão do café. Por outro lado, a hegemonia paulista se completava com o preenchimento da Câmara dos Deputados proporcionalmente ao número de habitantes, o que ocasionou a poste-

---

<sup>11</sup> JANOTTI, Maria de L. M. *Os subversivos da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 83. Sem grifos no original.

rior aliança com o populoso e vizinho Estado de Minas Gerais.

O que reparamos, então, é a consolidação de um federalismo desigual e a construção de um Estado nacional liberal na forma, mas oligárquico no conteúdo, e é nesse contexto que Revolução Federalista surgiu como uma insubordinação inicialmente regional, mas que conseguiu aglutinar insatisfações nacionais.

Para José Murilo de Carvalho, apesar dos esforços civilizatórios da elite brasileira em promover uma “modernização conservadora” entre 1870 e 1914, a força da tradição foi assaz vigorosa para conservar os valores de uma “sociedade rural, patriarcal e hierárquica”, na qual podemos inserir a Revolução Federalista.

*Não só do mundo rural vinha a reafirmação de valores tradicionais. A própria capital foi palco de reações. A começar pela revolta da Armada, de 1893, que por seis meses manteve o Rio de Janeiro sob bloqueio, e que assumiu ao final características monarquistas. Além do total apoio da Marinha, muitos elementos da elite política manifestaram simpatia pelo movimento, que se ramificou na revolta federalista do Rio Grande do Sul. A sobrevivência do novo regime esteve por algum tempo em sério perigo.<sup>12</sup>*

Entre os variados prismas que a análise da Revolução Federalista implica, talvez um dos que mais precise de esclarecimentos seja o do caráter restaurador do movimento, contudo não cabe nesse artigo um estudo singular sobre esse aspecto. Em termos ideológicos, a peleja foi mais anti-florianista e anti-castilhistas que monarquismo *versus* republicanismo propriamente ditos. Deveras, na luta simbólica entre as duas partes, os republicanos não atribuíram aos federalistas apenas o grave labéu de sebastianistas, mas também de estrangeiros (uruguaio) e de secessionistas. Por outro lado, os federalistas contra-atacavam com a acusação de usurpadores do poder e tiranos para os castilho-florianistas. E foi somente com a Revolta da Armada que o movimento deu uma guinada mais restauradora, graças a alg-

---

<sup>12</sup> CARVALHO, José M. de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 117.



uns oficiais navais, principalmente o almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama.

O monarquismo não foi uma bandeira dos federalistas, uma vez que a aceitação de Silveira Martins em ratificar a moção de um plebiscito em toda nação para deliberar sobre a forma de governo a ser adotada, visou apenas trazer Saldanha da Gama para as hostes dos opositores a Floriano, já que Silveira propunha um parlamentarismo republicano e não a restauração da coroa, como apregoavam os seus antagonistas.

### 1. A trama factual

Revolução Federalista é a denominação mais conhecida da série de conflitos armados que ocorreram nos três Estados do sul do Brasil entre 1893 e 1895. Podemos encontrar divergências tanto na designação da mesma como no corte sincrônico. Autores como Sérgio da Costa Franco<sup>13</sup>, Davis Ribeiro de Sena<sup>14</sup> e o coronel Cláudio Moreira Bento<sup>15</sup> insistem em nomeá-la “Guerra Civil”, e outros como o general José Cândido da Silva Muricy<sup>16</sup>, Moacyr Flores, Hilda Agnes Hübner Flores<sup>17</sup>, Ângelo Dourado<sup>18</sup>, Wenceslau Escobar<sup>19</sup> e Euclides B. de Moura<sup>20</sup>, em “Revolução de 1893”.

---

<sup>13</sup> FRANCO, Sérgio C. *A guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

<sup>14</sup> SENA, Davis R. de. *O grande desafio brasileiro: guerra civil 1892/5*. Rio de Janeiro: Ed. de autor, 1995.

<sup>15</sup> BENTO, Cláudio M., Cel. Contribuição paulista ao combate à Revolução na Armada e à Guerra Civil (1893-1895). *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n.º 769, jul./set. 1995, p. 119-140.

<sup>16</sup> MURICY, José C. S. *A revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná; memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1946.

<sup>17</sup> FLORES, Moacyr & FLORES, Hilda A. H. *Rio Grande do Sul: aspectos da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

<sup>18</sup> DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio; narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

<sup>19</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983.

<sup>20</sup> MOURA, Euclides B. de. *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

Alguns autores paranaenses chamam-na de “Revolução de 1894”, porque esse foi o ano no qual os federalistas ocuparam o Estado. Em relação ao corte temporal, Davis Ribeiro Sena, visto acima, traz a baliza inicial do conflito para 1892, pois para ele, as divergências começaram “no manifesto público assinado por treze almirantes e generais em 31 de março de 1892, quando a legalidade do governo de Floriano era questionada”, já para Luciana Rossato, o marco indicativo do encerramento ideológico do ciclo belicoso deve ser procrastinado para 1896, pois nesse ano se encerra a “trajetória liberal, após a proclamação da República até o Congresso Federalista de 23 de agosto de 1896.”<sup>21</sup>

Formalmente, a Revolução Federalista tem como baliza inicial a invasão de uma coluna de maragatos de Gumercindo Saraiva (1851-1894) ao Rio Grande do Sul em 05 de fevereiro de 1893, quando, vindos de Aceguá, no Uruguai, eles transpuseram a fronteira e acamparam em um capão em Ana Correia, próximo ao rio Jaguarão, no município de Bagé. E o marco de encerramento mais difundido é a assinatura do Armistício de Piratini, firmado entre republicanos e federalistas em 23 de agosto de 1895, lavrado no município de Pelotas.

Todavia, acreditamos que a Revolução Federalista deva ser enquadrada em um contexto bem mais amplo que aquele das duas datas limítrofes, pois,

*A Revolução, como um movimento, foi dinâmica e ela estava “aberta” antes de fevereiro de 1893 e deixou seqüelas na formação social sul-riograndense depois de agosto de 1895. Sua eclosão (bem como a eclosão de outros movimentos, com destaque para a Revolta da Armada) demonstrou que a consolidação da República não se faria apenas através de normas jurídico-institucionais. A consolidação teria que passar por confrontos (armados ou não), que revelaram a*

---

<sup>21</sup> ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 1999, p. 8.

*existência de projetos políticos alternativos àqueles consubstanciados nos textos constitucionais.*<sup>22</sup>

Podemos, então, reparar que a Revolução Federalista é um tema onde o consenso e a unanimidade de posições estão longe de serem alcançados. Acreditamos que isso aconteceu porque sua marca registrada foi a brutalidade. Todos os escritores contemporâneos às batalhas narraram o pavor e o assombro frente às sessões de degola dos vencidos.

Em um estudo interessante, Elio Chaves Flores acredita que as razões que levaram os revoltosos a praticar tanta violência, especialmente a degola (a “gravata colorada”) foram frutos da radicalização política endógena do Rio Grande do Sul na Primeira República.<sup>23</sup> Após a queda do “governicho” em 17 de junho de 1892, Júlio de Castilhos foi reempossado no cargo de presidente do Rio Grande do Sul pela Guarda Cívica, e o Estado passou a ter dois presidentes nesse dia, Castilhos em Porto Alegre e João Nunes Tavares (o “Joca”) em Bagé.<sup>24</sup> E, nesse mesmo fatídico dia, Castilhos abdicou do cargo máximo do Rio Grande do Sul em prol de seu vice por ele nomeado, Vitorino Monteiro, que ficaria na função até fins de setembro, quando assumiu Fernando Abbott, secretário do interior.

Ao final de janeiro de 1893, Júlio de Castilhos voltaria à presidência do Estado (eleito pelo voto direto em fins de 1892) em um franco clima de guerra, e, assim como os federalistas, os republicanos também haviam se preparado para a luta: um pouco antes da eleição, a Brigada Militar havia sido criada a partir da Guarda Cívica, com dois batalhões de infantaria e um de cavalaria. Foram organizadas para a guerra três divisões governistas, a da capital,

---

<sup>22</sup> PICCOLO, Helga I. L. O Congresso Nacional e a Revolução Federalista. *III Simpósio Fontes para a história da Revolução de 1893*. Bagé: mimeografado, 28 a 30 de abril de 1993, p.2.

<sup>23</sup> FLORES, Elio C. *No tempo da degolas: revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996, p. 10-11. Sem grifos no original.

<sup>24</sup> FRANCO, Sérgio C. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996, p. 124.

a do centro e a do norte. Ao general Hipólito Ribeiro coube a incumbência de comandante-em-chefe.

Diante dessa força militar, somada ao Exército Brasileiro e aos “corpos provisórios republicanos”, os federalistas passaram ao Uruguai para se preparar para o confronto, com a confiança de um David frente a um Golias.

A luta irrompeu no início de fevereiro de 1893, quando Gumerindo Saraiva cruzou a fronteira com seus maragatos debilmente armados. O termo “maragato” adquiriu uma feição muitas vezes pejorativa e podia designar “pessoa desqualificada” ou “castelhano”, que usava bombacha e tinha fama de desordeiro. Sua origem é controversa, mas a hipótese mais aceita faz retroceder a uma região na Espanha, *La Maragataria*, região povoada durante a dominação moura por berberes da região do *Maragath*, no Egito. Para os uruguaios, o termo designava as pessoas oriundas do departamento de San José, descendentes dos maragatos espanhóis.

Foram os republicanos legalistas que deram aos revolucionários o nome pejorativo de maragatos, atribuindo-lhes intentos mercenários e estrangeiros. Mais tarde, a denominação passou, porém a ser um epíteto honroso para os defensores da causa parlamentarista.

Já a origem do termo “chimango” vem de “pássaro ruim para caça e não merece chumbo” e que, durante a Revolução Farroupilha, designava liberais moderados, ou de centro. As tropas federais passaram a ser conhecidas por “pica-paus”, em razão do uniforme azul e do barrete vermelho.

Sobre tais epítetos existem ainda histórias peculiares. No “romance-reportagem” (sic), “A cabeça de Gumerindo Saraiva”, de Tabajara Ruas e Elmar Bones, os autores, citando Manoelito de Ornellas, exibem algumas particularidades dos maragatos espanhóis,

*Prisioneiros da velha índole nômade, dedicaram-se os maragatos à faina de mensageiros e ligaram, comercial e socialmente, distintas cidades da península, a levar, de uma a outra, correspondências, mercadorias e valores, quer de Castela a Galiza, como de Madri a*

*La Coruña. Primeiro com tropas de mulas e, mais tarde, em carros chamados carromatos (sic). Foram tão populares na Espanha que a sua honestidade se tornou proverbial, pois jamais os registros policiais do país acusaram uma queixa contra esses arrieiros morenos e altos, de lenços e coletes bordados de vermelho.*<sup>25</sup>

Deixando os apodos de lado, acreditamos na pertinência de uma análise sobre a situação econômica do Rio Grande do Sul às vésperas da Revolução Federalista, nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento,

*Por volta de 1870, a economia pecuária gaúcha encontrava-se estagnada, sem maior avanço das forças produtivas. Não se quer dizer que baixasse o volume da exportação dos produtos oriundos da pecuária, que continuava a figurar como os primeiros no Rio Grande, mas a campanha perdera definitivamente a sua dinamicidade, conju-gando um baixo nível tecnológico com uma criação extensiva de baixa produtividade. Considerando-se o ponto de vista da charqueada – unidade fundamental da transformação da carne no sul – haviam-se configurado, a partir de 70, de forma dramática, as contradições internas do escravismo enquanto sistema, como economia de desperdício obrigatório da força de trabalho, baixa produtividade por mão-de-obra, impossibilidade de adequação da oferta à demanda, baixa capitalização, etc.*<sup>26</sup>

Na Campanha oriental, terra de predomínio político de Gaspar Silveira Martins (região de Bagé), a crise econômica era mais sentida e os federalistas apelavam ao passado de lutas, ressaltando lealdades e lideranças; entretanto, na campanha ocidental (região de Alegrete), onde a situação econômica era mais estável em função do comércio de charque através de Montevideú, o Par-

---

<sup>25</sup> RUAS, Tabajara & BONES, Elmar. *A cabeça de Gumercindo Saraiva*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 139.

<sup>26</sup> PESAVENTO, Sandra J. República velha gaúcha: "Estado autoritário e economia". In: DACANAL, José & GONZAGA, Sergius. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 199-200.

tido Republicano Rio-Grandense tinha predominado entre os proprietários de terra, que acabaram mobilizando as redes de patronagem rurais tradicionais para apoiar o governo. Os republicanos dominavam o distrito das Missões, onde o coronel de São Borja, Manoel do Nascimento Vargas (pai de Getúlio), organizou uma coluna de republicanos.<sup>27</sup>

À soma de suas heterogêneas forças, os federalistas deram o nome de Exército Libertador, que possuía em suas hostes militares de carreira no Exército Brasileiro, como por exemplo Luís Alves Leite de Oliveira Salgado e Isidoro Dias Lopes. Contudo, o grosso da tropa era formado por agregados arregimentados por algum homem forte local. Adeptos da tática de guerrilhas, os federalistas procuravam evitar o enfrentamento direto com as tropas legalistas, e, convictos da insatisfação popular para com as autoridades constituídas, tinham fé na adesão da população civil.

Entrementes, os dois lados contendores acreditavam serem legatários dos heróis farroupilhas. Nesse sentido, a pugna não aconteceu só no campo de batalha.

*Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efectivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras.*<sup>28</sup>

Já em um trecho do clássico “Os sertões”, Euclides da Cunha mostra a maneira pela qual procurou-se fazer da Revolução Federalista um símbolo da luta pelo republicanismo através da construção de heróis, principalmente entre as vítimas oriundas das camadas mais elevadas ou dos militares de mais altas patentes.

---

<sup>27</sup> CHASTEEN, John C. *Heroes on horseback: a life and times of the last gaucho caudillos*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995, 2. ed., p. 83-84.

<sup>28</sup> BAZCKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi - “Anthropos-Homem”. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, vol. 5, p. 299.

*Entre dous extremos, do arrojo de Gumerindo Saraiva à abnegação de Gomes Carneiro, a opinião nacional oscilava espelhando os mais díspares conceitos no aquilatar vitoriosos e vencidos; e nessa instabilidade, nesse baralhamento, nesse afoqueado expandir da nossa sentimentalidade suspeita, o que de fato se fazia em todos os tons, com todas as cores e sob aspectos vários – era a caricatura do heroísmo. Os heróis, imortais de quarto de hora, destinados à suprema consagração de uma placa à esquina das ruas, entravam, surpreendidos e de repente pela história dentro, aos encontrões, com intrusos desapontados, sem que se pudesse saber se eram bandidos ou santos, envoltos de panegíricos e convícios, surgindo entre ditirambos ferventes, ironias diabólicas e invectivas despiedadas, da sangueira de Inhanduí, da chacina de Campo Osório, dos barrocais do Pico do Diabo, ou do platonismo marcial de Itararé.<sup>29</sup>*

Após algumas escaramuças em Salsinho, Quaraí, Livramento, Dom Pedrito e Alegrete, com algumas pequenas vitórias federalistas, o primeiro confronto de vulto dos lados contendores aconteceu justamente na Campanha ocidental, no início de maio de 1893, em Alegrete, nas proximidades do arroio Inhanduí,<sup>30</sup> tido por muitos como uma das maiores batalhas da história do Rio Grande do Sul. Os bem armados republicanos, apesar da inferioridade numérica, conseguiram repelir os federalistas do campo de batalha com canhões e metralhadoras, e, no cair da noite, o coronel Joca Tavares resolveu retirar a tropa federalista do local. A retirada foi um desastre, pois os campos estavam encharcados e as carroças com os feridos atolavam no terreno. Os governistas reorganizaram o encalço e impuseram aos insurretos perdas de monta e obrigaram-nos a voltar para o Uruguai para reorganizar suas forças. A certeza da vitória final era tanta que os chefes legalistas passaram um telegrama a Júlio de Castilhos onde afirmavam peremptoriamente: “Revolução Estrangulada”.<sup>31</sup> Mas os

<sup>29</sup> CUNHA, Euclides da. *Os sertões: a campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984, p. 203

<sup>30</sup> ESCOBAR, W., op. cit., p. 118.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 121.

fatos mostrariam que tal afirmação havia sido precipitada.

É nesse momento que começa a despontar a liderança incontestada de Gumercindo Saraiva. E quando os insurretos achavam que a revolução estava perdida, ele se destacou tanto como líder quanto como estrategista, chegando a ser chamado, com um certo exagero, de “Napoleão dos Pampas”. Gumercindo tinha por volta de quarenta anos à época da Revolução Federalista, nascido no Uruguai no início da década de cinquenta do século XIX, ele era o filho primogênito de Francisco Saraiva, um brasileiro que havia imigrado para o Uruguai durante a Guerra dos Farrapos. Os Saraivas acabaram se tornando uma importante liderança do Partido Blanco em Melo, no departamento uruguaio de Cerro Largo. Mas em 1883, Gumercindo, contudo, perseguido politicamente após lutar em algumas montoneras blancas, resolveu se estabelecer em uma estância de seu pai em Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul.

Essa região, localizada nos antigos “Campos Neutrais”<sup>32</sup>, tinha se transformado em um couro perfeito para os contrabandistas de gado da fronteira e celerados de todas as espécies. Homem rude, mas com sólidos princípios morais, Gumercindo concentrou-se em combater os malfeitores, atuando como autoridade policial *ad hoc* e chegou a tenente-coronel da Guarda Nacional. Em termos políticos, acabou se identificando com o Partido Liberal e quando Gaspar Silveira Martins ocupou a presidência da província em julho de 1889 ele foi oficialmente nomeado delegado de polícia. Entretanto, quando os liberais perderam o governo em 15 de novembro, Gumercindo recusou-se a bandear para o lado castilhistas e foi perseguido, chegando a ser acusado de assassinato e sevícias de opositores políticos em sua estância de Curral dos Arroios, obrigando-o a fugir e retornar para o Uruguai, quando ele passou a se empenhar para os preparativos para a Revolução Federalista.

---

<sup>32</sup> PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 17.



Em dezembro, Gumercindo já contava com quase quatrocentos homens engajados, entre eles seu irmão mais moço, Aparício, e quase meia centena de combatentes oriundos do departamento de San José, que acabaram designando todo o grupo de “maragatos”.

Após a batalha de Inhanduí, Gumercindo e seus maragatos eram a única força insurreta que permaneceu atuando na Campanha gaúcha em um inverno particularmente chuvoso, já que Joca Tavares e Salgado haviam se rendido a oficiais uruguaios na fronteira, junto com seus homens. Por outro lado, Tavares e Salgado, apesar de supostamente detidos, gozavam de total liberdade de movimentos em solo uruguaio para poder reorganizar militarmente suas forças.

No lado brasileiro, Gumercindo contava com aproximadamente seiscentos homens e quase mil e quinhentos cavalos e pouquíssimas armas de fogo (as principais armas dos maragatos eram a lança e o facão) e, consciente da sua inferioridade frente às forças governamentais, ele evitava se defrontar com elas, preferindo as escaramuças e o saque às cidades, chegando ao abuso de roubar cavalos em Bagé.

Aqui, mais uma vez nos rendemos à narrativa de John Charles Chasteen,

*Os republicanos receberam uma notificação perturbadora sobre o que deixar nos depósitos quando os homens de (Gumercindo) Saraiva entrassem furtivamente nos arredores de Bagé nas primeiras horas da manhã para levar a maior parte dos dois mil cavalos da guarnição. Algumas semanas depois, a coluna de Saraiva exibiu-se em uma cidade quase no meio do caminho para Porto Alegre, conduzindo uma guarnição diminuta, sendo tratados como heróis pela população da cidade, e desaparecendo de novo antes que (Carlos) Telles pudesse reagir. Saraiva confundiu seus perseguidores republicanos com sua guerrilha de montoneras que volteava pela área ao leste de Bagé pelas cabeceiras do rio Negro, esmagando a cavalaria republicana sempre que ele conseguia separá-la da infantaria, cujo poder de fogo assassino ele não podia encarar. Perseguido de perto pelas forças governamentais num local chamado Serrilhada, Aparício conduziu os maragatos numa retirada falsa seguida por uma inversão súbita*

*e um contra-ataque compacto contra a cavalaria perseguidora (que tinha deixado a infantaria de suporte atrás), um ardil clássico da guerra gaúcha.*<sup>33</sup>

Ao final de julho de 1893, Gumerindo (agora general do Exército Libertador) juntou suas tropas com as do também general Salgado e, juntos (mesmo sem ir um com a cara do outro), conseguiram somar quase dois mil homens e prosseguiram suas operações, tomando pequenas cidades da Campanha até a primeira vitória auspiciosa, Cerro do Ouro, em fins de agosto.

A maioria dos combatentes federalistas eram peões de estâncias e usavam seus ponchos nas batalhas, já que não tinham uniforme. A incompatibilidade de gênios entre Gumerindo e Salgado talvez tenha nascido desse fato. Como foi visto, Salgado era militar de carreira e, no intuito de organizar a tropa, obrigou-os a usar fitas vermelhas (as “divisas”) nos chapéus para mostrar sua ascendência militar e o vermelho tornou-se a cor de identificação dos insurretos federalistas. Mas Gumerindo, Aparício, e todos os blancos (que formavam a maior parte do contingente uruguaio entre os federalistas) opunham-se, pois para eles a cor rubra simbolizava seus inimigos figadais, os colorados, e essa recusa quase fez com que brasileiros e uruguaios desfizessem sua aliança militar.

---

<sup>33</sup> Do original: *The republicans received a disquieting intimation of what lay in store when Saravia's men crept into the outskirts of Bagé in the small hours of the morning and made off with most of the garrison's two thousand mounts. A few weeks later, Saravia's column paraded into a town almost halfway to Porto Alegre, routing a tiny garrison and receiving a hero's welcome from the townspeople. He was gone before Telles could react. Saravia tied his Republicans pursuers in knots as he tuned and twisted through the area east of Bagé, then back through the headwaters of the Rio Negro, trouncing the Republican cavalry just as often as he could separate it from the infantry whose murderous firepower he could not match. Hotly pursued by government forces at a place called Serrilhada, Aparício led the Maragatos in a feigned retreat followed by a sudden reversal and a compact counterattack against the pursuing cavalry (who had left their supporting infantry behind) – a classic gambit of the guerra gaucha.* In: CHASTEEN, John C., op. cit., p. 87. Tradução de Thelma Belmonte.

No início do mês seguinte à batalha de Cerro do Ouro (27/08), os federalistas receberam as notícias que lhes dariam um novo júbilo: na Capital da República, a Armada, sob a liderança do almirante Custódio de Melo havia se rebelado contra a “ditadura” de Floriano. No entanto, a Divisão do Norte, cujo comandante de brigada (eram cinco) mais célebre foi o senador gaúcho José Gomes Piniheiro Machado (1851-1915), amainou o entusiasmo dos federalistas, impedindo-lhes as manobras rápidas, forçando os mesmos a avançar ao norte, ao encontro dos revoltosos navais estacionados na ilha de Santa Catarina, logo após a insurreição de Custódio de Melo. Proclamado pelo capitão-de-mar-e-guerra Frederico Guilherme de Lorena, “Governo Nacional Provisório” foi instalado em Desterro, em meados de outubro. Sem esperar, a insurreição gaúcha parecia mais próxima de um triunfo que os insurretos federalistas jamais podiam imaginar.

Apesar da afinidade na repulsa a Floriano, os dois movimentos tinham propósitos próprios e muitas vezes incompatíveis. A Revolta da Armada foi um movimento surgido no centro do poder e proposto por militares de altas patentes. O precursor do movimento de setembro foi o almirante Eduardo Wandenkolk, que, em uma ação isolada, tentou ocupar a cidade de Rio Grande, em sua quixotesca expedição do vapor “Júpiter”, no início de julho de 1893, quando, após tentativas vãs de junção com os federalistas, acabou aprisionado alguns dias mais tarde em Canasvieiras, no litoral de Santa Catarina, onde se entregou e foi conduzido para a prisão na fortaleza de Santa Cruz, sendo posteriormente indultado.

A rivalidade de farda entre a Armada (Marinha) e o Exército vinha desde os tempos do Império, pois a primeira era a arma predileta do Imperador e de sua corte. O Exército, por outro lado, era uma das poucas chances de ascensão para os que não pertenciam às famílias do *entourage* imperial. Todavia, com a República os papéis se inverteram e o Exército passou a ter mais destaque, o que causou um sentimento de inferioridade entre os oficiais da Armada. Esse sentimento foi captado pelo almirante Custódio de José Melo, que canalizou-o para o seu ingresso na vida pública, quer seja como deputado constituinte, quer seja como

líder do contragolpe a Deodoro. A auto-estima da oficialidade naval voltou com a subida de Floriano, quando Custódio tornou-se a eminência parda do governo, no papel de ministro da Marinha. Mas logo os egos dos dois entrariam em choque, pois a insistência do ministro para que Floriano interviesse no Rio Grande do Sul, os ressentimentos causados pelo apoio de Floriano ao golpe que pôs fim ao “Governicho” e os próprios interesses políticos de Custódio, obrigaram-no renunciar ao ministério.

Novamente, os ânimos das duas armas acirraram-se e a figura do vice-presidente (título o qual Floriano manteve mesmo na titularidade do cargo de primeiro mandatário da nação) passou a simbolizar o desequilíbrio entre as duas forças militares. Após o fiasco do “Júpiter”, Wandenkolk foi eleito presidente do Clube Naval, em um claro ato de provocação. A partir daí, o descontentamento da oficialidade naval culminou na rebelião de 6 de setembro. Os argumentos para a eclosão do movimento oscilaram entre a premência da pacificação no Rio Grande do Sul e a necessidade de novas eleições presidenciais (senão Custódio de Melo, de preferência um civil...). A análise do historiador militar Hélio Leôncio Martins sobre esse impasse é de uma acuidade invulgar,

*A recusa de Floriano de intervir na Revolução Federalista, malgrado as informações e sugestões que recebia de seus enviados (...) não tem explicação, dando aso somente a conclusões especulativas. As declarações do Vice-presidente limitavam-se a citar o cumprimento do Art. 6º da Constituição que determinava o auxílio federal aos Governos estaduais quando solicitado. Fora disto, não aceitava de forma alguma agir no Estado sulista. (...) Ou Floriano não acreditava que personalidades fortes, prestigiadas no Estado, seguidas por grande número de correligionários, como eram as de Silveira Martins e Júlio de Castilhos, empunhando bandeiras ideológicas e políticas opostas, jamais conseguissem chegar a um acordo ou serem pacificadas sem a vitória definitiva de uma delas (qualquer intervenção da União não poderia ser permanente, e a eleição que se realizasse parecia favorecer os federalistas, o que não seria aceito sem nova luta), ou suas simpatias pendiam para Castilhos, quer pela repulsão que sentia por Silveira Martins, com passado*

*imperial e presente parlamentarista ameaçando sua autoridade, quer porque seu temperamento amoldava-se mais à disciplina do republicanismo comtista.*<sup>34</sup>

Contando com o cruzador “República”, Custódio de Melo teve que enfrentar o fogo das fortalezas da baía da Guanabara e a inferioridade bélica obrigou-o a abandonar a ilha das Cobras, com toda sua infra-estrutura (oficinas, tanques de combustível, mantimentos, etc.), além da ponta da Armação, com farta munição e armas de artilharia. Custódio achava que poderia intimidar Floriano com bombardeios, como havia feito com Deodoro, mas o vice-presidente não se abalou. Passando por uma epidemia de beribéri, a esquadra revoltada começou a perder o ânimo frente aos canhões das fortalezas, fiéis ao governo, e Custódio resolveu romper o cerco do canal da barra com o encouraçado “Aquidabã” e o cruzador-auxiliar “Esperança” para se ligar ao cruzador “República” (agora comandado por Lorena), na ilha de Santa Catarina, no início de dezembro.

O aristocrático diretor da Escola Naval, o almirante Saldanha da Gama, um homem com nítidas convicções monarquistas, acabou tomando partido pela revolta nesse ponto como uma atitude de *noblesse oblige*, com nove navios armados e mil e quinhentos homens, que acabaram vencidos em março de 1894, pelo almirante da esquadra legalista, Jerônimo Gonçalves, fato que obrigou Saldanha e seus subordinados a pedir asilo nas corvetas portuguesas “Afonso Albuquerque” e “Mindelo”, rumando para Buenos Aires o que causou o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal.

A eclosão da Revolta da Armada pode ser considerada como a explosão da indignação da oficialidade naval contra Floriano e Custódio de Melo, seu artífice. Contudo, faltou à mesma um planejamento estratégico em sua união à Revolução Federalista.

---

<sup>34</sup> MARTINS, Hélio L. A revolta da Armada. In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha do Brasil, Tomo I A, 5º vol., 1995, p. 249.

*O deslocamento da Revolta para o Sul, instalando o Governo Nacional Provisório, ligando-se à Revolução Federalista e seguindo o Almirante Custódio para o Desterro, apresentou êxito nos primeiros momentos, com a ocupação dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Mas a união dos dois movimentos não se manteve coesa nem com visão de conjunto que lhe desse continuidade, mesmo porque os pretensos aliados nada tinham em comum. Silveira Martins desejava inicialmente apenas depor Júlio de Castilhos e instituir no Rio Grande do Sul constituição parlamentarista, substituindo a positivista que havia sido aprovada pela Assembléia estadual. (...) A ligação entre os dois movimentos foi prejudicada especialmente pelos numerosos incidentes, atritos, discordâncias, surgidos entre os dirigentes da Armada e os federalistas, o que, surpreendentemente, não impediu que se realizasse a única operação bem planejada, bem articulada, da qual resultou o domínio dos dois Estados – Santa Catarina e Paraná.<sup>35</sup>*

Em fins de novembro de 1893, em outra frente de combate, uma força governista foi dominada por Joca Tavares às margens do rio Negro, nas proximidades de Bagé, onde ocorreu uma das maiores atrocidades de toda o período insurrecional, quando, na noite do dia 24, por volta de trezentos dos mil prisioneiros foram executados por degola, sob supervisão de Adão de Latorre. Mas essa chacina não passaria incólume.

*Como era de se esperar, este episódio levou a novas crueldades; as 300 vítimas não seriam esquecidas. Um general castilhista, Firmino de Paula, vingou-se exterminando quase um número igual de maragatos em Boi Preto, em abril de 1894. Por toda a Serra e Campanha, estupros, castrações e degolas, que marcaram os meses turbulentos precedentes à invasão, continuaram incontrolados.<sup>36</sup>*

Logo em seguida, o general Joca Tavares apostaria todas suas forças para tomar a cidade de Bagé. Para Joca, tomar Bagé

<sup>35</sup> MARTINS, Hélio L., op. cit., p. 251, sem grifos no original.

<sup>36</sup> LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 72.

de assalto possuía um valor simbólico muito forte, pois além de ser o local de sua residência (e de Martins também) essa cidade era o berço do movimento federalista. Além do que, Bagé era sede de uma bem armada guarnição militar, possuía ligação ferroviária com a cidade de Rio Grande e era a cidade de maior relevo da Campanha oriental. Após sua estadia no Uruguai para recuperar-se de Inhanduí, Joca Tavares retornou com aproximadamente três mil homens e começou o cerco. Contudo, o velho Joca não contava com a obstinação do coronel Carlos Maria da Silva Telles, que resistiu bravamente às investidas federalistas, obrigando os revolucionários a desistir das mesmas, na primeira semana de janeiro de 1894, após quarenta e sete dias de cerco.

Mais ao norte, a Divisão do Norte não deixava o rasto dos maragatos, obrigando-os a dividir o Exército Libertador em duas colunas. A primeira, ficou com o general Salgado, e a segunda, com Gumercindo. Habitados à paisagem da Campanha, muitos jamais tinham saído de lá, os maragatos atravessaram vários reveses para transpor as matas, os declives e os rios da Serra Geral. Ângelo Dourado assim descreve a odisséia gaúcha,

*O caminho que tivemos que percorrer para chegar ao rio é um verdadeiro desfiladeiro. Poucos foram os que o fizeram a cavalo. Depois entramos na mata cuja entrada com as chuvas se transformara em atoleiro. Um que caía paralisava toda a coluna que lhe vinha após, e as quedas eram constantes. Depois chegamos ao rio largo, pouco correntoso, porém tendo apenas um estreito lajeado por onde podia passar um a um, porque fora dali eram as pedras cobertas de limo tão escorregadio que nem infantes, nem cavalos se poderiam conservar de pé. (...) Apesar de ser novembro, fazia um frio de arrepia. No outro dia via-se gelo por todos os lugares onde havia uma poça de água. Tínhamos de marchar quase todos a pé, porque os nossos cavalos estavam completamente estropiados, e os caminhos eram horríveis.<sup>37</sup>*

---

<sup>37</sup> DOURADO, A., op. cit., p. 69-71.

Após atravessar o rio Pelotas a coluna de Gumerindo (o “Primeiro Corpo do Exército Libertador”) rumou para Lajes e conseguiu chegar em Blumenau onde, margeando o rio Itajaí-Açu, galgou a cidade litorânea de Itajaí, pela qual pretendia se juntar aos revoltosos da Armada. Contrariado com os rumos da revolução, o general Salgado guiou sua coluna (o “Segundo Corpo do Exército Libertador”) pelo litoral e, após passar por Araranguá, Criciúma, Tubarão e Laguna resolveu seguir para Desterro antes de retornar ao Rio Grande do Sul. Mas Gumerindo prosseguiu sua marcha setentrional em um plano audacioso: tomar as principais praças de guerra em terra montadas por Floriano no Estado do Paraná, Tijucas e Lapa, enquanto que Custódio de Melo se encarregaria do porto de Paranaguá.

A tomada das cidadelas florianistas no Estado do Paraná por Gumerindo e Custódio assinalou o auge da Revolução Federalista, apesar do alto custo em vidas. Enquanto Salgado e os aristocráticos oficiais navais esbanjaram o raro momento de vitórias da revolução em sua estadia em Desterro, deleitando-se em bailes elegantes oferecidos pela “nata” da sociedade mais preeminente da cidade e pleiteando cargos no Governo Provisório, os maragatos de Gumerindo ofereciam cargas de lanceiros frente a canhões Krupp na cidadedezinha paranaense de Tijucas. Mas, em uma semana de cerco, a munição dos sitiados acabou e a guarnição rendeu-se. Após a queda relativamente rápida de Tijucas, Gumerindo dirigiu-se para a Lapa. Contudo, lá, o comandante Antonio Ernesto Gomes Carneiro preferiu a morte à rendição. Os maragatos sitiaram o perímetro da cidade e foi só com a morte de Carneiro que os defensores renderam-se após vinte e seis dias de cerco, a 11 de fevereiro de 1894.

Da Lapa, para cuidar dos feridos, os maragatos tomaram um trem e chegaram na capital do Estado do Paraná, que já havia capitulado frente a Custódio de Melo no dia 20 de janeiro e onde tiveram uma acolhida plena de saudações, apesar da aversão de Gumerindo às exibições aparatosas dos cidadãos. Quando soube que Salgado pretendia tomar o porto de Rio Grande



pelo mar, Gumercindo zombou da notícia e deixou claro sua vontade de voltar para a Campanha.<sup>38</sup>

Diante dessa ofensiva, o vice-governador do Estado do Paraná em exercício, Vicente Machado, transferiu a capital para Castro, deixando Curitiba à mercê das forças federalistas, que exigiram “empréstimos de guerra” para não saquear a cidade. A missão de amealhar o dinheiro foi levada a cabo por Ildefonso Pereira Corrêa, o barão do Cerro Azul.

Quando se achava que a vitória dos federalistas era inevitável, Floriano conseguiu organizar a contra-ofensiva, obtendo importantes vitórias sobre os revoltosos da Armada, que sofreram seu primeiro grande revés em meados de abril quando uma torpedeira da esquadra legalista pôs a pique o principal vaso de guerra dos revoltosos navais, o Aquidabã, acelerando o fim do Governo Provisório de Desterro. Isso abalou a confiança dos maragatos em terra em sua marcha setentrional e arrefeceu seus ânimos em invadir o Estado mais poderoso da União, São Paulo, onde o Governo Federal, com a colaboração do governador Bernardino de Campos, havia organizado um exército de quase seis mil homens em Itararé, território paulista.

Apesar do general federalista Antônio Carlos da Silva Piragibe ter chegado a enviar batedores para Jaguariaíva, próximo à divisa do Paraná com São Paulo, desta vez o otimismo um tanto negligente da revolução foi abrandado, só restando aos insurretos recuo em suas posições no Paraná, marchando para oeste pelo interior, em outra penosa jornada. Gumercindo dividiu seu exército em três colunas, uma dele, outra de Aparício e a última de Juca Tigre.

Os republicanos enviaram a Divisão do Norte para encontrá-los em Passo Fundo, onde a coluna de Gumercindo lutou sua última e mais renhida batalha. Os maragatos impuseram grande baixas sobre a Divisão do Norte, mas as cargas de lanceiros eram inócuas frente a uma infantaria armada com fuzis Comblains e canhões Krupp, obrigando os revolucionários a fugir.

---

<sup>38</sup> DOURADO, A., op. cit., p. 186.

A retomada legalista em território paranaense foi marcada pela execução do barão do Cerro Azul no quilômetro sessenta e cinco da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, sob ordem do comandante militar Ewerton Quadros. A vingança legalista seria cruenta nos três Estados sulistas da União.

No dia 10 de agosto de 1894, Gumerindo estava passando em revista seu combalido exército quando foi alvejado por um franco-atirador oculto numa mata e viria a morrer dois dias mais tarde.

*Os ajudantes do general ferido carregaram-no ao acampamento, onde ele implorou por água gelada, continuou a emitir ordens (“diga a Aparício para observar seu flanco”), e suplicou para os que o cercavam manter seu equipamento pessoal de montaria fora das mãos republicanas. Aparício deu uma olhada nele, virou-se angustiado e saiu sem dizer palavra. Gumerindo cobriu seu rosto com as mãos. “Eles me mataram”, disse várias vezes, mas ainda estava vivo quando carregaram-no a uma carroça depois de escurecer, e enquanto os maragatos acometidos pela notícia marchavam pela noite, Dourado, receoso de pânico nas fileiras, cavalgou ao lado da carroça emitindo prognósticos otimistas. Quando os esperançosos insurretos acamparam pela manhã, entretanto, ele vazou a informação sobre a morte de Gumerindo ao exército.<sup>39</sup>*

Após a morte de Gumerindo, a Revolução Federalista tornou-se um protesto errante e os maragatos optaram pelo refúgio na Argentina. De lá, eles marcharam para o sul em direção à Campanha, e muitos acabaram desistindo da luta. Mas Aparício, revoltado com a profanação que os republicanos fizeram com o

<sup>39</sup> Do original: *The wounded general's aides carried him to camp, where he pleaded for cold water, continued to issue orders (“tell to Aparicio to watch his flank”), and begged those around him to keep his personal riding gear from falling into Republicans hands. Aparicio took one look at him, turned away in anguish, and left without speaking. Gumerindo covered his face with his hands. “They’ve killed me,” he said several times, but he was still alive when they loaded into a cart after dark, and as the stricken Maragatos marched through the night, Dourado, fearful of panic in the ranks, rode beside the cart issuing optimistic prognoses. When the hopeful insurgents camped in the morning, however, he let the army know that Gumerindo was dead.* In: CHASTEEN, J. C., op. cit., p. 108. Tradução de Thelma Belmonte.

corpo de Gumercingo, permaneceu fiel à revolução e esperou para preparar uma nova invasão ao Brasil ao lado do almirante Saldanha da Gama.

A subida de Prudente de Moraes à presidência da República em 15 de novembro de 1894 assinalou o início da derrocada do projeto político militarista de Floriano, sobre o qual a historiadora norte-americana June E. Hahner esclarece,

*Nos seus primeiros tempos de governo, Prudente removeu muitas pessoas nomeadas por Floriano e preencheu os postos com homens de acordo com sua política. Estes atos irritaram Floriano e muitos de seus partidários, os quais viram que Prudente estava enfraquecendo suas posições e fortalecendo as das facções rivais. (...) Fazendo isso, suscitou uma hostilidade tremenda da parte do pessoal de Floriano, mas estes já não mais controlavam a máquina governamental e, devido à fragmentação das Forças Armadas, não podiam reunir poder suficiente para fazê-lo parar.<sup>40</sup>*

Nesse contexto, a pacificação da Revolução Federalista era fundamental para o exercício do controle civil sobre a República, em detrimento dos grupos radicais jacobinos, que evocavam um governo militar e ditatorial. Sobre a trajetória do jacobinismo na vida política da Primeira República, a historiadora Suely Robles Reis de Queiroz insere, com desenvoltura, essa doutrina nos antagonismos peculiares dos primeiros anos da República,

*O momentâneo vazio de poder é preenchido, de imediato, pelas Forças Armadas, única organização com estrutura e coesão suficientes para garantir o êxito da mudança e assegurar-lhe continuidade. Ora, a permanência destas como grupo dirigente não convém à fração hegemônica, para quem o espaço político aberto deve servir ao fortalecimento do espaço econômico já conquistado. (...) Tais circunstâncias são a geratriz dos conflitos que rompem a coesão das heterogêneas forças momentaneamente unidas para acabar com a Monarquia, provocando o clima de instabilidade característicos dos primeiros tempos republica-*

---

<sup>40</sup> HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 151.

*nos. O jacobinismo reflete a dispersão dessas forças e a sua reaglutinação sob forma diversa; sempre heterogêneas, abrigando interesses e finalidades diferentes, o radicalismo de algumas emerge com clareza no período de Floriano e mantém o governo de Prudente, o primeiro presidente civil, em permanente tensão.<sup>41</sup>*

A morte de Floriano em 29 de junho de 1895 não só não arrefeceu os ânimos dos jacobinos, como criou uma idolatria política sem precedentes na história do país. O jacobinismo em si conheceria seu ocaso dois anos mais tarde, com a frustrada tentativa de assassinato de Prudente, quando o ministro da Guerra, o marechal Carlos Machado Bittencourt, foi morto por Marcelino Bispo de Carvalho. Ambos haviam lutado em Canudos.

Lincoln de Abreu Penna aduz que a veneração que recaiu sobre a figura de Floriano, durante e após seu mandato, foi fundamental para a “republicanização” (sic) do Brasil,

*A rigor, a república era um ideário fundado em concepções diversas que influíram de modo diferenciado, como não poderia deixar de ser, o movimento que logrou convertê-la em realidade através do pronunciamento de novembro de 1889. (...) Por vias atípicas, os elementos da construção desta ordem produziram uma sociedade política que mitigou preceitos organizacionais conflitantes, como o federalismo de impulsos autonomistas e o presidencialismo de vocação excessivamente centralizadora. Floriano Peixoto foi involuntariamente o artífice deste modelo político-institucional. As circunstâncias levaram-no a apoiar-se justamente nas forças díspares, de um lado o grupo oligárquico representado pelos interesses de São Paulo, e de outro no republicanismo radical da pequena política que o consagrou popularmente. (...) O florianismo representou a ordem num ambiente no qual sua demanda se impunha como mediadora do conflito, a curto prazo, porém abriu caminho para que a médio prazo se instalasse o sistema fechado que se perpetuou ao longo da República oligárquica.<sup>42</sup>*

<sup>41</sup> QUEIROZ, S. R. R., op. cit., p. 11-12, sem grifos no original.

<sup>42</sup> PENNA, Lincoln de A. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da república*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997, p 187. Sem grifos no original.

Entrementes, a Revolução Federalista sofreu sua derrota final em junho de 1895 no combate de Campo Osório, onde o almirante Saldanha da Gama e seus quatrocentos homens resistiram até a morte frente aos republicanos chefiados pelo coronel João Francisco Pereira de Souza.

O acordo de paz foi assinado em 23 de agosto de 1895, pelo armistício de Piratini, assinado próximo a Pelotas, entre o general Inocêncio Galvão de Queiroz, emissário do governo federal, e Joca Tavares, representante dos federalistas, cuja reivindicação principal reduziu-se à revisão da constituição estadual. A guerra civil terminou com uma debandada de dez mil maragatos para o Uruguai e um saldo de dez mil mortos, segundo as estimativas mais confiáveis (e otimistas).

O acordo assinado entre Galvão de Queiroz e Joca Tavares, que anistiou os insurretos e assegurou a possibilidade da revisão da constituição do Rio Grande do Sul, desagradou de sobremaneira a Júlio de Castilhos que firmou o pé pela manutenção da carta magna gaúcha e obrigou as autoridades federais a rever o pacto,

*Finalmente, em outubro de 1895, um projeto modificado de anistia foi votado. Para garantir a aprovação segura deste projeto, Prudente tentou apressar a coleta de armas rebeldes no Rio Grande do Sul. Ameaçou também renunciar à presidência. Embora fosse derrotado um projeto de anistia incondicional, Prudente manobrou para reduzir de três para dois anos o lapso de tempo para que os oficiais rebeldes pudessem retornar à ativa.<sup>43</sup>*

A constituição gaúcha permaneceu inalterada e o fim da Revolução Federalista assinalou, no Rio Grande do Sul, o predomínio do Partido Republicano Rio-Grandense sobre a vida político-institucional do Estado, da consolidação da máquina administrativa castilhista e do seu monopólio político. Castilhos governaria até 1898 e a carta magna estadual foi o sustentáculo jurídico do perpetuamento de Borges de Medeiros frente ao executivo máximo gaúcho por quase três décadas.

---

<sup>43</sup> HAHNER, J. E. op. cit., p. 155.

## 2. A urdidura historiográfica

Ocorrida na última década do século XIX, a Revolução Federalista foi uma das mais bem registradas da história da Primeira República. Isso deveu-se em função da existência de grande número de cronistas, jornalistas e participantes letrados do conflito, os quais produziram registros escritos do mesmo. A importância da guerra civil e as produções literária e historiográfica foram prolíficas nos três Estados do sul do país, envolvidos na insurreição.

Nesse caso, nos três Estados sulinos as primeiras obras historiográficas sobre a Revolução Federalista estavam imbuídas do espírito historicista do século XIX, quando se buscou uma narração “objetiva” dos fatos e do enaltecimento dos heróis. Todavia, a partir dos trabalhos de Eric John Hobsbawm<sup>44</sup> da década de sessenta, historiadores têm relacionado tais espécies de conflito com a estreita relação entre o domínio da estrutura fundiária e a dominação política nas sociedades tradicionais (ou “pré-políticas”).

Como toda escolha é sempre influenciada por preferências pessoais, então achamos que qualquer tentativa de arrolamento da vasta produção historiográfica sobre o assunto seria uma atitude arbitrária. Cremos ser pertinente, então, explanar sobre os principais trabalhos historiográficos aqui utilizados. Alguns constituem-se em “clássicos” sobre a Revolução Federalista em si, escritos no Rio Grande do Sul, outros tentam inserir o episódio em um contexto mais amplo e, por fim, outros versam sobre assuntos correlacionados. Nossa intenção aqui não é fazer um levantamento exaustivo da produção historiográfica sobre o tema, mas articular uma linha de análise sobre as obras que mais nos influenciaram na redação do presente artigo.

Como foi visto na introdução desse artigo, a produção historiográfica paranaense do conflito ateve-se, na maioria dos casos (salvo raras exceções), a uma abordagem factual do conflito, mas o mesmo não aconteceu com os trabalhos produzidos no

---

<sup>44</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

Rio Grande do Sul, onde o tema tem uma forte aceitação nos meios acadêmicos.<sup>45</sup>

Todavia, elegemos os dois trabalhos mais importantes produzidos por autores paranaenses (pelo menos os mais citados) sobre o assunto para ilustrar a abordagem historiográfica produzida naquele Estado. Esses trabalhos são: “Para a história, notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná”, de José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) e “O Paraná e a Revolução Federalista”, de David Antonio da Silva Carneiro (1904-1990).

Professor, jornalista, escritor em prosa, poeta, deputado provincial, Rocha Pombo pode ser considerado um dos nomes mais conhecidos da historiografia brasileira herdeira da “Escola Metódica” na primeira metade do século XX com sua coleção “História do Brasil”, publicada entre 1905 e 1917, com o intuito de fornecer “uma visão de história do país que influenciasse várias gerações”. Entretanto, nosso interesse aqui é sua controversa obra referente à Revolução Federalista (alguns autores negam sua autenticidade<sup>46</sup>). “Para a História” foi um livro publicado em 1980 por iniciativa da Fundação Cultural de Curitiba e com o insuspeito aval do professor doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos como prefaciador.

O livro se constitui, antes de mais nada, em um libelo de indignação contra a chacina do barão do Cerro Azul e “seus infortunados companheiros de ideal”, contudo, podemos sentir a intenção de Rocha Pombo de conciliar sua condição de contemporâneo aos fatos com a preocupação de inseri-los em uma conjuntura histórica (levada a efeito na 2ª parte, “Histórico dos acontecimentos que se deram no Paraná”), mas como homem de seu tempo, tais preocupações têm limites e o que reparamos ao final é, nas palavras do professor Carlos, um posicionamento de “reco-

---

<sup>45</sup> A respeito dos trabalhos acadêmicos produzidos no Rio Grande do Sul sobre a Revolução Federalista ver: PICCOLO, Helga I. L. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, Francisco das N. & TORRES, Luiz H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993, p. 72-74, complementada na Revista do IHGB n.º 381.

<sup>46</sup> Podemos atestar essa postura em: VERNALHA, Milton M. *Maragatos X Pica-Paus*. Curitiba: Littero-Técnica, 1984, p. 371-379.

lhimento de fatos particulares reverenciados dentro da história”.

Já em “O Paraná e a Revolução Federalista”, David Carneiro tenta traçar uma abordagem mais “imparcial” ao tema. Ex-aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, engenheiro, professor universitário de economia, o grande mérito Carneiro foi o de ser o maior propagador das idéias de Auguste Comte em solo paranaense. Apesar de ter tido uma trajetória pessoal totalmente adversa da de Rocha Pombo, Carneiro compartilhava com ele os mesmos ideais de “mestra da vida” para os estudos históricos. O que constatamos nessa obra é um encadeamento causal da Revolução Federalista no Paraná, cuja tese central é a de que a resistência prolongada dos defensores do cerco da Lapa possibilitou a organização armada dos republicanos ao reter os maragatos por 26 dias (de 17 de janeiro a 11 de fevereiro de 1894), impedindo que os mesmos avançassem para São Paulo.

Entrementes, uma das principais obras sobre da Revolução Federalista foi escrita à época por um médico de campo federalista, Ângelo Cardoso Dourado (1856-1905), “Voluntários do Martírio”. Dourado era um médico baiano, radicado em Bagé, exerceu seu ofício como oficial-cirurgião (coronel) do Exército Libertador, sendo homem de confiança de Gumercindo Saraiva. Em tese, o livro foi fruto da intensa correspondência que Dourado estabeleceu com sua esposa Francisca, publicado em 1896 em Pelotas.

Na verdade, “Voluntários do Martírio” constitui-se num livro de “memórias”, pois a intenção do autor era que suas impressões diante de tantas agruras não caíssem no esquecimento. O próprio Dourado assume que não pretendeu escrever a história da Revolução de 1893, pois ele achava isso prematuro demais, uma vez que “a tinta em que deve-se mergulhar a pena de fogo para escrevê-la deve ser de justiça, e para isso é preciso tempo”.<sup>47</sup>

A obra nos fornece uma descrição detalhada do conflito. Espectador perspicaz do desenrolar das batalhas, Dourado narra com fluência e objetividade a marcha da Revolução Federalista

---

<sup>47</sup> DOURADO, A., op. cit., p. 1



pelos Estados do sul do Brasil. Descreve as diferenças culturais e sociais das várias localidades por onde passa durante a longa marcha maragata. O ofício da medicina fez com que Dourado se preocupasse com as pessoas comuns e registrasse os efeitos devastadores da guerra civil sobre suas vidas pessoais e sobre suas lides cotidianas.

Outra obra gaúcha “clássica” e fundamental para o entendimento da Revolução Federalista é “Apontamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893”, de Wenceslau Escobar (1857-1938), publicada originalmente em 1919 e reeditada em 1983 pela editora da UnB. O autor era gaúcho de São Borja, formado em direito, exerceu cargos de promotor e juiz em sua cidade natal e de deputado provincial pelo Partido Liberal. Com a volta de Gaspar Silveira Martins após o banimento, Escobar ingressou nas fileiras do Partido Federalista, chegando a ser um dos redatores de “A Reforma”, jornal da militância gasparista, e com a eclosão da Revolução Federalista aderiu aos insurretos.

Ao contrário de Ângelo Dourado, Escobar tem pretensões historiográficas. Partindo do princípio da época de que a história é a “mestra da vida”, na qual “o homem vai haurir lições sobre a sua trajetória no planeta”<sup>48</sup>, Escobar intenta fazer um relato imparcial da insurreição, mas ele mesmo reconhece que, levada em conta sua posição durante a mesma, é impossível. Todavia, Helga Piccolo<sup>49</sup> adverte que no capítulo IX (“Operações revolucionárias na região serrana”) Escobar utilizou amplamente o livro de Antonio Ferreira Prestes Guimarães (“A Revolução Federalista em cima da serra”) sem mencioná-lo, fato que acaba desmerecendo um pouco a obra.

O livro traz uma narrativa minuciosa e seqüencial do desenrolar das batalhas, mas em razão de sua formação jurídica o autor também privilegia alguns aspectos político-institucionais. Durante todo o livro, Escobar tenta deixar claro que os federalistas

---

<sup>48</sup> ESCOBAR, W., op. cit., p. 3.

<sup>49</sup> PICCOLO, H. I. L., op. cit., p. 69.

só se insurgiram motivados pelas perseguições que lhes foram impostas pelos castilhistas após a tomada do poder e que objetivo maior dos insurretos era a revisão da constituição estadual, o que não foi conseguido.

O último grande narrador contemporâneo aos conflitos que mencionaremos aqui é Luiz de Senna Guasina em seu “Diário da Revolução Federalista”, publicado recentemente (1999) pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Os dados biográficos de Luiz Guasina são controversos, mas os prefaciadores do livro, Corálio Brangança e Pardo Cabeda, acreditam que ele era oriundo de São Sepé, provavelmente cartorário do Registro Civil daquela localidade

Combatente e correligionário convicto da causa de Gumerindo Saraiva, mas sem a pretensão literária de Ângelo Dourado e Wenceslau Escobar, Luiz Guasina elaborou um minucioso diário pessoal dos fatos do dia-a-dia da Revolução Federalista (talvez nem ele mesmo acreditasse que tais anotações viriam um dia a se constituir em livro) no qual ele descreve a sucessão cronológica das batalhas e traz recortes de jornais de época. O grande mérito do livro de Luiz Guasina é, além da quantidade enorme de informações, proporcionar ao leitor um contato direto com as fontes primárias, sem os filtros culturais que as interpretações historiográficas tecem *a posteriori*.

Os três autores vistos acima eram militantes federalistas, e como tais forneceram relatos parciais dos acontecimentos. Para contrapor essas posições, outros antigos participantes legalistas da revolução procuraram passar outra visão do episódio, como é o caso de Germano Hasslocher, “A verdade sobre a revolução” e Fabrício Batista de Oliveira Pilar, “Memórias da revolução de 1893”, todos autores gaúchos.

A partir da década de vinte, a historiografia sobre a Revolução Federalista ficou restrita a alguns poucos trabalhos produzidos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.<sup>50</sup> O histo-

---

<sup>50</sup> PICCOLO, H. I. L., op. cit., p. 76.

riador Décio Freitas acredita que a razão desse descaso aconteceu porque os gaúchos sentem vergonha do tema, em função do “estigma da infâmia”<sup>51</sup> que esse conflito carrega.

A virada na abordagem sobre a Revolução Federalista se deu no início da década de sessenta, quando pesquisadores oriundos do meio universitário se propuseram a uma discussão mais arejada da mesma. O grande pioneiro foi Sérgio da Costa Franco que, em uma célebre passagem, afirmou que não tinha mais cabimento os historiadores evitarem o tema como “pudicas noviças diante de uma página fescenina”.<sup>52</sup>

O referido artigo acabou dando origem ao livro “A guerra civil de 1893”. As linhas gerais da análise de Sérgio da Costa Franco foram inovadoras na época, uma vez que ele foi um dos primeiros historiadores a tentar inserir a Revolução Federalista nas mudanças socioeconômicas que se operavam no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, como fruto de seus refluxos políticos.

Seguindo esse fio de análise, destacamos a tese de doutorado de Sílvio Rogério Duncan Baretta, “*Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in southern Brazil*”<sup>53</sup> (tradução livre: “Violência política e mudança de regime: um estudo da guerra civil de 1893 no Brasil meridional” não lançada no Brasil), defendida na Universidade de Pittsburg em 1985. Tal trabalho é tido por sérios especialistas no tema como “a pesquisa mais abrangente e mais profunda até agora feita tendo a Revolução Federalista como objeto de análise”.<sup>54</sup> Baretta absteve-se da narrativa das batalhas para salientar a importância dos partidos polí-

---

<sup>51</sup> FREITAS, Décio. A revolução da degola. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura – Caderno Ponto & Vírgula, 1993, p. 22.

<sup>52</sup> FRANCO, Sérgio C. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura Rio-Grandense, 5ª série*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962, p. 100.

<sup>53</sup> Utilizamos aqui um *paper* produzido pelo autor para o curso de pós-graduação em história na UNICAMP (sem data) e que traz as linhas gerais de seu trabalho final de doutorado.

<sup>54</sup> PICCOLO, H. I. L., op. cit., p. 71.

ticos provinciais (precursores dos correlatos republicanos) como origem dos conflitos, levando em conta as bases eleitorais (como classes sociais) e o choque entre os respectivos projetos. A partir disso, o autor passa a analisar o processo político-partidário nos primeiros anos da República no Rio Grande do Sul, mostrando as influências da política nacional no Estado. Para ele, a Revolução Federalista ganha uma dimensão econômica ao se constituir no momento do enfrentamento entre dois setores das classes dominantes, de um lado, os federalistas, representantes dos criadores de gado e de outro, os republicanos, representantes de uma incipiente classe média.

Já o livro do historiador norte-americano Joseph L. Love “O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930”, lançado no Brasil em 1975, pode ser considerado uma baliza na produção historiográfica sobre a política gaúcha durante a Primeira República. Publicado originalmente em 1971 com o título “*Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930*” pela editora da Universidade de Stanford, o merecimento do livro de Joseph Love está na inovação heurística, pois ele foi o primeiro historiador a ter permissão para pesquisar no Arquivo Borges de Medeiros. Nessa obra, o autor trabalha com a Revolução Federalista no capítulo 3 (“O terror e a guerra”) da parte I (“Ascensão do castilhismo”) de modo amplo e o grande mérito de Love foi ir além das datas limites e inserir a insurreição federalista no processo histórico que estava se operando na política do Rio Grande do Sul com a subida de Júlio de Castilhos ao poder e como “o resquício de ódio desempenharia o seu papel na política rio-grandense quase até o fim da República Velha”.<sup>55</sup>

Dentro da tendência inovadora, outra obra importante é o livro de Sandra Jatahy Pesavento, “A Revolução Federalista”, com circulação nacional por ter sido publicado pela Editora Brasiliense em 1983, na coleção *Tudo é História* e, apesar de ser um livro de divulgação, o tema é tratado com muita propriedade pela autora.

---

<sup>55</sup> LOVE, J., op. cit., p. 77.

Sandra Pesavento procurou, com competência, encaixar o movimento federalista dentro do jogo de poder da Primeira República e aos interesses econômicos da oligarquia estancieira do Rio Grande do Sul, a partir dos pressupostos do materialismo histórico.

Historiadora de primeira grandeza no cenário acadêmico brasileiro, Sandra Pesavento deixou de lado a descrição das batalhas (talvez influenciada pelo *paper* de Sílvio Baretta) para privilegiar a análise das mudanças econômicas e sociais que se estavam operando no Brasil e no Rio Grande do Sul ao final do século XIX e como tais mudanças infra-estruturais refletiram na superestrutura em forma de guerra civil, no caso a Revolução Federalista.

Para a autora, o quadro econômico gaúcho apresentava-se atrelado ao cenário nacional de uma forma peculiar, pois se por um lado ele estava desvinculado do processo agroexportador, por outro ele se vinculava à economia central pela produção do charque. Na segunda metade do século XIX, os antagonismos entre os produtores gaúchos e os setores cafeeiros dominantes acirraram-se porque esses não tinham interesse em aumentar as taxas de importação do charque platino para criar uma economia regional no Rio Grande do Sul. Isso causou uma descapitalização das charqueadas e uma crise no setor criatório do Estado, que não conseguiu nem aumentar seus capitais para reinvestir na capacidade produtiva (promovendo a vinda de maiores contingentes de mão-de-obra) e nem tampouco promover a renovação tecnológica (o que já havia ocorrido com a atividade platina). Pelo contrário, para compensar as flutuações do preço nacional do charque, o produtor gaúcho baixou o preço do gado, “com isto, a crise da charqueada repercutiria sobre toda a pecuária, abrindo-se internamente uma área de atrito entre as duas frações da camada dominante local”.<sup>56</sup>

Já o livro do historiador norte-americano John Charles Chasteen, “*Heroes on horseback; a life and times of the last gaucho caudillos*” é extremamente inovador em sua temática (tradução

---

<sup>56</sup> PESAVENTO, Sandra J. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 40.

livre: “Heróis a cavalo; vida e época dos últimos caudilhos gaúchos”, publicado pela editora da Universidade do Novo México em 1995 e em vias de ser lançado no Brasil pela Editora Movimento de Porto Alegre com o título “Fronteira Rebelde”). Chasteen é professor de história na Universidade da Carolina do Norte, e o livro é fruto de sua tese de doutorado. Todavia a obra não é a mera transposição do trabalho acadêmico para livro.

Indo contra a tendência imensamente empirista da historiografia norte-americana, Chasteen parte em *Heroes* de uma narrativa literariamente bem construída, com licenciosidades poéticas, cujo foco principal é o exame cuidadoso da liderança carismática exercida pelos irmãos luso-uruguayos Gumercindo e Aparício Saraiva (a quem ele classifica como “heróis culturais”, daí a origem do título) no espaço geográfico, histórico e social da fronteira entre o Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai no decurso do século XIX, onde ele aborda, com maestria, desde a ocupação da terra até a cultura social e política, passando pelas trajetórias belicosas dos dois insubordinados irmãos. Ambos comandaram movimentos insurretos (entre eles a Revolução Federalista), mobilizando centenas, às vezes milhares de camponeses de uma região pouco povoada à época. Só que a trajetória de cada um teve desdobramentos completamente díspares: Gumercindo, apesar de melhor estrategista, acabou sendo identificado como um opositor ao poder central do Brasil e adquiriu pouca relevância na memória das lutas rio-grandenses; já Aparício, apesar de não possuir o talento militar do irmão, acabou recheando o imaginário uruguaio com sua figura montada de líder de montoneras. As duas trajetórias acabam metaforizando um pouco os contrastes culturais e políticos entre as Américas espanhola e portuguesa.

### 3. Conclusão

Por fim, temos a nítida consciência que redigir uma narrativa sobre a Revolução Federalista é uma tarefa arriscada diante da vasta bibliografia sobre ela escrita. Todavia, Carlo Ginzburg em

seu texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”<sup>57</sup> compara a atividade do historiador com a de um detetive particular que reconstrói uma cena a partir de vestígios. Acreditamos que, além das fontes primárias, o historiador também possa recriar uma situação a partir de alguns indícios historiográficos, desde que ele tenha claro quais objetivos queira atingir.

Não tivemos a pretensão de recriar a totalidade do passado com a “pena de fogo” de Ângelo Dourado, nem prover as gerações futuras com exemplos de vida, como pretendia Wenceslau Escobar, mas interpolar os cenários históricos e historiográficos a fim de tentar explicar os motivos que levaram um grupo de fronteiros gaúchos a cavalo a galgar os Campos Gerais paranaenses, um lugar tão distante dos pampas e das querelas partidárias rio-grandenses, com um objetivo tão inviável, como o de depor o presidente da República, Floriano Peixoto.

---

<sup>57</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais; morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.